



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ASSINATURA DE CONVÊNIO
ENTRE A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL
E O INPA

Palácio do Planalto
20 de julho

O Governo Federal tem demonstrado, de numerosas maneiras, a sua preocupação de integrar a Amazônia ao processo de desenvolvimento nacional, como este convênio de desenvolvimento da pesquisa na Amazônia.

30 de junho — O governo anuncia medidas cambiais, entre elas a desvalorização do cruzado novo em 12% e a centralização das operações de câmbio no Banco Central.

— O Congresso Nacional aprova a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fixa normas para os orçamentos fiscais, de seguridade e de investimento das estatais para 1990.

7 de julho — O Presidente Sarney viaja para a Argentina, a fim de assistir à posse do Presidente Carlos Ménem.

— Em reunião no Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, em Genebra, o Embaixador brasileiro na ONU faz um forte ataque ao FMI, ao GATT e ao Banco Mundial, instituições que classifica de «falidas».

O Governo Federal oferece, hoje, mais uma importante contribuição ao encaminhamento da questão ecológica com a assinatura de contratos destinando recursos supe-

riores a 9 milhões de cruzados novos para o financiamento de um amplo espectro de projetos de proteção ambiental.

A Fundação do Banco do Brasil está fornecendo um montante de 4 milhões e 700 mil cruzados novos ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA, para financiar estudos sobre os ecossistemas da região em seus aspectos ecológicos e humano. Mais 4 milhões e meio de cruzados novos estão sendo liberados pela SEPLAN como contrapartida brasileira deste ano ao projeto de proteção do meio ambiente e das comunidades indígenas, apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que tem, por objetivo, controlar o impacto ambiental decorrente da pavimentação da BR-364 no trecho Porto Velho-Rio Branco.

Com os convênios hoje assinados damos início a um abrangente leque de iniciativas envolvendo desde a pesquisa para identificação de problemas ambientais, até a adoção de medidas concretas relativas ao uso e à ocupação do território amazônico.

Uma das principais vertentes da política ambiental do Governo tem sido a constante preocupação de integrar a Amazônia ao processo de desenvolvimento nacional. Já no primeiro semestre de 85, determinei a realização de estudos aprofundados que permitissem diagnosticar as carências mais profundas da Amazônia e para preservação do seu patrimônio ecológico. A partir do diagnóstico obtido, nasceu o projeto Calha Norte voltado para o atendimento das necessidades mais imediatas das populações de fronteira nas áreas de saúde e assistência social. No ano passado lancei o programa «Nossa Natureza» que, em sua primeira etapa, realizou um minucioso e profundo levantamento das deficiências do sistema brasileiro de proteção do meio ambiente dando prioridade à Amazônia. Adotei medidas de caráter emergencial, suspendi a exportação de madeiras em toras, suspendi incentivos fiscais e creditícios na Amazônia a projetos que podiam causar danos ambientais e instituí a obrigatoriedade do licenciamento para a atividade de extração de ouro com a proibição da utilização do mercúrio.

Dando início à reestruturação do sistema governamental de controle e preservação do meio ambiente, criei o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Re-

nováveis, IBAMA, que está entregue à capacidade do Dr. Fernando César Mesquita. Estabeleci, assim, uma ação mais coordenada no tratamento da questão ambiental definindo estratégias, elegendo ações prioritárias e tornando o sistema mais moderno e eficaz.

Em abril deste ano, encaminhei ao Congresso Nacional um conjunto de projetos de lei versando sobre vários aspectos da questão ambiental. Assinei decretos, enderecei memorandos aos Ministros de Estado determinando providências no âmbito do programa «Nossa Natureza». Tenho acompanhado, pessoalmente, essas providências. Essas iniciativas vêm se desenvolvendo e frutificando amparadas por uma saudável e construtiva consciência ecológica no seio da sociedade brasileira. O Congresso Nacional acolheu, com entusiasmo, as propostas governamentais lançadas pelo programa «Nossa Natureza». Todos os projetos de lei encaminhados em abril passado já foram aprovados. Consolidamos, assim, uma legislação ampla e abrangente para a questão ambiental. Foram criadas leis que definem a política nacional do meio ambiente, instituem uma política florestal para a região Amazônica e criam a Comissão Coordenadora Regional de Pesquisa na Amazônia. Foram, também, aprovadas leis promovendo alterações substanciais no código florestal e no código de mineração e definindo regras para a utilização e comercialização dos agrotóxicos.

O Fundo Nacional do Meio Ambiente que criamos é outra importante inovação que assegura os recursos necessários ao êxito das novas medidas e diretrizes.

Recentemente, instituí o Centro de Monitoramento Ambiental e dos Recursos Naturais por Satélite, dotando o País de um instrumento essencial para implementação de nossa política ambiental. Na ocasião, foi assinado convênio entre a Fundação Banco do Brasil e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — INPE, e a EMBRAPA, no valor aproximado de 8 milhões de cruzados novos para o financiamento de um amplo projeto de monitoramento territorial.

Se os desafios e dificuldades da Amazônia são proporcionais às suas dimensões gigantescas, seu potencial tam-

bém o é. A Amazônia abriga, sem dúvida, incalculáveis riquezas. São, portanto, equivocadas as concepções que querem dissociar o desenvolvimento econômico da defesa da ecologia. O progresso e a proteção ambiental devem conviver, pois ambos dizem respeito ao bem-estar e ao futuro da humanidade.

É no combate à miséria e à ignorância, é na valorização do homem, que estão os verdadeiros pilares de uma política racional de exploração dos recursos naturais. Pobreza e degradação do meio ambiente, estas sim, são facetas que se completam num terrível ciclo vicioso que condena milhões de pessoas a condições de vida incompatível com a dignidade humana. Essa é a posição que tenho defendido no Brasil e nos fóruns internacionais, por entender que é minha responsabilidade de Chefe de Estado confrontar forças externas ocupadas em aproveitar-se de nossas dificuldades momentâneas para fazer prosperar interesses contrários à soberania do Brasil.

O aproveitamento racional e respeitoso do equilíbrio ambiental é indispensável ao processo de construção do poder nacional que é a base de sustentação da independência política e a autonomia econômica dos países livres.

Esta solenidade é mais uma demonstração do interesse do Governo, do seu acompanhamento permanente e da mobilização de todos os seus recursos para que as ações na área da ecologia se desenvolvam porque elas hoje representam, sem dúvida, um ponto importante e prioritário no nosso programa de governo.

Há pouco, na Europa, tive oportunidade, falando com o Chanceler Kohl, da Alemanha, com o Presidente Bush, com o Presidente Mitterrand, de ouvir deles a constatação dos esforços que estava fazendo o Brasil no setor com a política do meio ambiente. Modifica-se, internacionalmente, aquela imagem que se procurou difundir do Brasil de que estávamos, neste País, degradando a natureza, ao mesmo tempo que contribuindo para uma crise ecológica de natureza planetária. Hoje já se sabe, já se tem consciência mundialmente que o Brasil, nós brasileiros, amamos a nossa natureza. É um País em que o seu povo tem orgulho das suas riquezas naturais. Dentro de cada brasileiro há um

sentimento de amor, de ligação à sua terra, à suas raízes mais profundas com o chão em que nós nascemos. Por outro lado, a consciência de que não somos nós os responsáveis maiores, nem menores, pelo que se faz mundialmente no que diz respeito à camada, ao aquecimento da atmosfera, bem como à destruição da camada de ozônio que protege a vida em nosso planeta.

Assim, mais uma vez, eu quero agradecer a todos aqueles que trabalham nesses projetos de meio ambiente sabendo quanto foi difícil juntar ações que estavam dispersas em órgãos os mais diversos e, ao mesmo tempo, criar-se uma consciência de que um trabalho conjunto, de equipe, enfrentando diretamente o problema, não tendo medo de dizer verdades, nós conseguimos avançar bastante.

Estão lançadas, neste Governo, as pedras fundamentais que poderão desencadear no País um política de meio ambiente exemplar para o mundo inteiro.